

GESTÃO DE RISCO POLÍTICO

Amostra

CREOMAR DE SOUZA

GESTÃO DE RISCO POLÍTICO

—
**COMO BLINDAR
NEGÓCIOS E CARREIRAS**
—

70

Gestão de Risco Político

Copyright © 2026 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Creomar de Souza

ISBN: 978-65-5427-459-3

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729g

Souza, Creomar de
Gestão de risco político: como blindar negócios e
carreiras / Creomar de Souza. 1ª Ed. – Rio de Janeiro:
Edições 70, 2026.

184 p. : 15,7 x 23 cm.

ISBN 978-65-5427-459-3

1. Ciência política. 2. Risco político. 3. Análise
política. 4. Políticas públicas. 5. Democracia.
I. Título.

CDD 320

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books
Diretor Editorial: Anderson Vieira
Editor da Obra: Rodrigo Mentz
Vendas Governamentais: Cristiane Mutiis
Produtora Editorial: Rita Motta



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419
www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br
Ouidoria: ouidoria@altabooks.com.br



Editora
afiliada à:

Agradecimentos

Agradecer é um ato contínuo em minha existência. Aprendi logo cedo, como fruto de uma vida dura — mas, calcada em valores morais muito robustos —, que devia dar graças a todo momento aquilo que me cercava.

Começo agradecendo às incríveis mulheres que me cercam: minha esposa, minha mãe e minha irmã.

Minha esposa, Stephanie, mulher que com seu jeito tranquilo e um amor sereno, me fez compreender o sentido de um verdadeiro lar. Este livro é, ao início e ao final do dia, uma conquista nossa, fruto das nossas conversas, diálogos e desenhos acerca de quais são os objetivos que temos para a nossa vida no presente e no futuro. Saiba, “Eu te amo”.

Minha mãe, Nair de Lima, mulher incrível, determinada e capaz de caminhar por dez quilômetros para o filho poder fazer uma aula de francês (mesmo quando ele fraquejava neste intento). Você é o meu maior exemplo e referência.

Minha irmã, Kreny, professora dedicada, ser humano idealista e minha referência de como a educação transforma a vida. Você, com sua firmeza e propósito, me fez acreditar que os livros, a leitura e a escrita eram um refúgio adequado para momentos em que o estômago doía, ou mesmo, quando as humilhações tentavam lacerar a nossa autoestima.

Tendo minha família como ponto de partida, não poderia deixar de agradecer aqueles que fazem minha rotina profissional algo tão prazeroso. Em primeiro lugar, a todos aqueles que fazem ou fizeram parte do time da Dharma, equipe coesa, capaz e humanizada.

E aqui cabe especial agradecimento ao meu sócio, Matheus Albuquerque, um amigo a quem pude observar ao longo dos anos ir se transformando em um profissional cada vez mais focado, organizado e capaz de liderar seus projetos, ao mesmo tempo em que alinha os caminhos de seus próprios desejos e escolhas. Receba este livro como um símbolo da caminhada que construímos juntos.

Para além do time Dharma, creio que vale menção a uma série de pessoas que me inspiraram por onde passei em minha existência: amigos, colegas, professores e companheiros de jornada. Cada pessoa com a qual troquei impressões ao longo da vida é parte desta construção.

Por fim, agradeço a Gabriela Cruz, agente literária, revisora crítica e amiga, capaz de me auxiliar na navegação das minúcias que envolvem o mundo editorial, ao mesmo tempo em que me auxiliou na compreensão dos caminhos que o livro tomaria.

Cada um de vocês é parte deste livro, das contribuições que ele faz e das reflexões que ele enseja.

Muito obrigado.

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5

PARTE I

CONCEITOS E MODELOS

1. Análise Política como Prática Cidadã	11
Argumento, Opinião e Análise	12
Conceitos Políticos Básicos	17
Política	18
República	19
Poder	20
Estado	21
Governo	22
Democracia	24
Representatividade Política	25
Partidos Políticos	27
Políticas Públicas	28
Cidadania	29

2. Elementos da Análise Política	31
Contexto	32
Quais Acontecimentos Motivam a Análise Política?	33
Como Esses Acontecimentos Evoluem?	33
Quais são as Principais Controvérsias e Interesses Envolvidos?	35
Histórico	37
Caso	38
Modelo para Casos de Negócios	39
Modelo de Casos para Análises	40
Avaliação das Informações	42
Fechamento	43
Fundamentos de <i>Storytelling</i>	45
3. Metodologia em Análises	49
Estrutura das Revoluções Científicas	50
Falseabilidade	51
Análise de Discursos	53
Como Manter Diálogos Construtivos	55
As Bases do Pensamento Analítico	57
4. O Papel da Racionalidade Limitada pelas Emoções	61
Os Dois Sistemas de Pensamento	63
Como Encarar os Cisnes Negros	65
Aprendendo a Jogar	67
Número de Jogadores	68
Jogos Simétricos e Assimétricos	70
Equilíbrio de Nash	71
Jogo Sequencial e Partidas Únicas	72
Assimetria de Informação e Incertezas	75
Soma Zero e Diferente de Zero	77

5. As Engrenagens dos Sistemas Políticos	79
As Demandas e as Entregas do Sistema Político	80
Memória, Guerra e Paz	84
Coalizões para Defesa de Interesses Políticos	88

PARTE II

ANÁLISES E AVALIAÇÕES

6. Cognição, Análise e o Papel dos Incentivos	95
Ignorância e Conhecimento Políticos	97
As Mentiras que os Políticos Contam	101
Mentiras Diplomáticas	103
Indução de medo	104
Encobertas Estratégicas	105
Mitos Nacionalistas	106
Mentiras Liberais	106
Criando os Incentivos Certos contra a Desinformação	107
Como Promover o Conhecimento	109
Como Evitar as Mentiras	110
7. Riscos Políticos, Cenários e Probabilidades	113
Fatores de Risco Político	114
Indivíduos	115
Comunidades Locais	116
Governos Nacionais	117
Organizações Transnacionais	118
Organizações Supranacionais	119
Cenários, Estudos de Caso e Simulações	120
Resposta às Crises	123

8. Gerindo e Articulando Alianças de Defesa de Interesses	129
Combinação de Interesses	132
Negociando Alianças	135
Tolerando Divergências	137
9. As Etapas de um Plano de Contenção de Riscos Políticos	143
Identificar Interesses Incompatíveis	145
Definir Prioridades	152
Avaliar Recursos Críticos	154
10. Reflexões sobre riscos para a vida profissional	159
Transparência e Comunicação	160
Valores e Condutas	164
Conformidade e Impunidade	166
Referências e recomendações de leitura	171

Prefácio

Creomar de Souza não brinca em serviço. Começa pelo título desta obra, contendo a palavra “blindar”. Ela já embute um risco político e reputacional. Afinal, blindar-se significa proteger-se ou esconder-se? Significa tomar precauções necessárias para sobreviver num ambiente hostil (a couraça de um carro de combate) ou a capacidade de ocultar o que possa ser prejudicial, na política e nas relações profissionais/pessoais?

Este livro não é um manual de autoajuda, embora forneça elementos essenciais para se traçar estratégias em ambiente de riscos. Não é um roteiro para garantir segurança em qualquer sentido e espaço, embora ofereça uma rigorosa e detalhada apreciação daquilo que, com razoável previsibilidade, acabará sendo prejudicial. Não é um roteiro para se fazer previsões, embora trate extensivamente da capacidade que uns têm (e muitos não) de perceber, entender, ligar e organizar os fatos da realidade. Portanto, de traçar cenários de risco.

Como ele mesmo diz, a ideia do livro é auxiliar as pessoas em geral a navegarem pelos “mares instáveis da democracia brasileira”, atividade à qual se dedicou durante anos para os clientes da consultoria de risco que ele fundou e dirige. Essa figura de linguagem — a dos mares e seus perigos — vem de tempos imemoriais e preserva a mesma força. Pois o que Creomar aborda é, no fundo, a esperança de que seres humanos não serão superados pela inteligência artificial. A saber: não basta ter acesso a um enorme banco de dados sobre o comportamento de correntes, ventos, marés, meteorologia e ondas do

mar. A combinação de tudo isso, aliada à experiência, à vivência, é que garante a sobrevivência e a viagem mais ou menos tranquila por “mares instáveis”. Ainda assim, precisando de “fortuna” (sim, na acepção de Maquiavel).

É óbvio e o autor deixa bastante claro que intuição, vontade e dedicação apenas não bastam para quem pretende produzir análises de risco político e a partir delas traçar estratégias e táticas. É necessário um domínio razoável de conceitos multidisciplinares, entre eles os clássicos da ciência política que, diga-se de passagem, jamais terá a mesma capacidade de previsão milimétrica pois, não custa lembrar, está no setor das “humanas”, e não das “exatas”. A advertência parece óbvia, mas o pior tropeço costuma ser sempre no óbvio. E este é um ponto essencial que o leitor precisa manter em mente ao atravessar as páginas deste livro: o critério essencial para a boa análise será sempre o profundo conhecimento da realidade política (o que significa ler História), das regras e funcionamentos de códigos, instituições e sistemas, mas, principalmente, o cuidado para não deixar que aspectos subjetivos, emocionais e julgamentos “do fígado” contaminem o cenário (e a escolha de táticas e caminhos). E o respeito ao que Creomar chama de “contexto”, ou seja, os dados objetivos (tais como somos capazes de percebê-los) de uma sociedade histórica (ou seja, existente).

O que Creomar está dizendo, em outras palavras, é que polarização, partidarismo e apego a “bolhas” tornam impossível qualquer análise razoavelmente acurada da realidade e, portanto, de estratégias para mitigar, enfrentar e superar riscos, quanto mais prevê-los. Ele remete, no fundo, a uma questão bastante discutida por economistas também: qual a razão de alguns serem extraordinários “previsores” e outros apenas medíocres leitores de manchetes? Além de dominar os fundamentos básicos e ter bom conhecimento de História (pois ela sempre ajudará a indicar o que se pode esperar do futuro), trata-se da necessária humildade de se admitir que nem tudo pode ser perfeitamente organizado, catalogado e digerido. E que o constante “loop” sobre as próprias premissas é mais importante do que o apego cego a dogmas ou “certezas” imutáveis. O leitor encontrará várias vezes ao

longo do livro esta necessária advertência: nenhuma análise consegue prever com exatidão o que pode acontecer, tampouco listar todos os cenários possíveis. Mesmo assim, reitera Creomar, é possível indicar o rumo de acontecimentos (portanto, o tamanho de riscos).

O tom de Creomar no livro é ameno, o que pouco disfarça o que se disse na primeira linha deste prefácio: ele não brinca em serviço. O leitor entenderá nesta obra qual o motivo da análise política parecer muito mais uma arte (que Creomar prefere comparar à culinária) do que a uma ciência. Um dos pontos aos quais ele se dedica profundamente é entender como as narrativas políticas, as convicções ideológicas e as ligações em rede moldam decisões tomadas por agentes públicos e privados, muitas vezes sem capacidade de calcular consequências, o que é particularmente negativo quando se trata de políticas públicas concebidas apenas por motivos imediatos de obtenção de vantagens eleitorais. Além dos traços de personalidade que remetem ao clássico problema de historiadores, repórteres e consultores de risco político como Creomar: qual é o peso e a capacidade do indivíduo de moldar e dirigir acontecimentos, ou seja, o papel do indivíduo na História. No ilustrativo exemplo fornecido por Creomar, a proclamação da República foi em grande parte o resultado da ação de um militar enciumado?

Da mesma maneira que não existem “análises prontas” nem “infalíveis”, não existem protocolos seguros para se reagir a crises. Creomar ressalta, porém, a importância de fatores como comunicação, acuidade e contenção na elaboração dessas respostas tanto por organizações como por indivíduos. Comunicação entendida no sentido literal da palavra, o de ser capaz de se fazer entender de forma clara e direta. Acuidade é o domínio da análise objetiva e nítida da situação. Contenção é a palavra de acepção mais ampla no contexto da elaboração de respostas a crises e situações críticas. Ela pode tanto significar “precaução”, no sentido de moderação e prudência, como “ação” no sentido até do emprego de violência (no exemplo fornecido por Creomar, quando a ONU determina o emprego de meios militares para garantir a paz). Um aspecto relevante no texto é a ênfase na

capacidade de se identificar interesses comuns e a consequente dedicação à criação e cultivo de alianças de todos os tipos, das pessoais às políticas. Aqui o leitor vai ser defrontado com um ponto central: a questão dos valores. É necessário que exista um mínimo de compatibilidade entre os princípios dos agentes. Portanto, Creomar não enxerga a política como um fim em si mesmo, mas como forma de se afirmar regras e princípios comuns.

É impossível fugir da política, mas quanto mais se for capaz de usá-la para se proteger, menos danos ela pode causar.

William Waack

Jornalista.

Apresentação

Muito prazer, sou o Creomar Souza, filho da Dona Nair. Nasci em Brasília, em 1976, e fui muito pobre. A educação transformou a minha vida, por isso defendo e acredito no conhecimento como fator de transformação pessoal e profissional. Em 2018, fundei a Dharma Political Risk and Strategy, onde sou o atual CEO. Meu trabalho consiste em ajudar clientes a navegar pelos mares instáveis da democracia brasileira.

Este livro tem o objetivo de oferecer a quem ler conceitos para entender melhor a política e orientações sobre como usar ferramentas políticas para proteger os próprios interesses. Todo conteúdo reunido e apresentado ao longo dos capítulos está acompanhado de exemplos práticos e metáforas, facilitando a compreensão por qualquer pessoa interessada. Não existe nenhum pré-requisito para a leitura, nem para se tornar capaz de fazer análises políticas e tomar melhores decisões.

No Brasil e no mundo, o termo política tem ganhado conotações negativas. Isso afasta o interesse das pessoas em compreender melhor esse campo de conhecimento e de atividade. No entanto, não há como escapar da política. Não tem como entrar na água sem se molhar. Da mesma forma, não existe vida em sociedade sem política.

Assim sendo, você pode encarar um mergulho sem nenhum equipamento, usando apenas a roupa de banho. Isso limita o quanto você pode aproveitar a experiência. Com óculos aquáticos, já é possível enxergar a parte submersa. Com um barco, é possível chegar mais longe

no horizonte. Com pranchas, é possível surfar, e assim por diante. Ao evitar encarar a política, ficamos apenas na parte rasa.

Ao longo dos capítulos desse livro, existem equipamentos para navegar melhor nas águas dinâmicas da política. A obra está organizada em duas partes, complementares. A primeira delas traz conceitos e modelos para entender onde estamos nos metendo. São como as instruções e alertas emitidos para os banhistas da democracia brasileira: certifique-se da profundidade antes de entrar na água, preste atenção na correnteza, saiba como pedir socorro se estiver em perigo.

A segunda parte traz análises e avaliações que podem ser usadas por quaisquer pessoas para se proteger ou aproveitar o melhor da água. Técnicas e estratégias usadas frequentemente por políticos experientes são explicadas de forma acessível. Além disso, muitas das sugestões e reflexões propostas podem ajudar a encarar desafios comuns por perspectivas diferentes. Em certa medida, a segunda parte é um catálogo de equipamentos existentes. As recomendações de leitura ao final do livro permitem continuar a jornada, aprofundando os estudos nos tópicos de maior interesse.

Apesar de ser um livro introdutório, pessoas mais experientes no campo da política também podem se beneficiar com a leitura. Mesmo quem sabe navegar precisa de mapas e bússolas. Alterações no trajeto podem comprometer o caminho já conhecido. Explorar novas rotas pode proporcionar boas surpresas ou ajudar a chegar a novos destinos.

Para finalizar essa breve apresentação, faço um convite. Se você está interessado(a) em entender mais sobre política, siga meus perfis nas redes sociais. Por lá, compartilho análises atuais, faço recomendação de outros conteúdos e consigo interagir melhor com quem está do outro lado.

LinkedIn: @creomardesouza

Instagram: @creomardesouza

X: @creomardesouza

Threads: @creomardesouza

Será um prazer para mim ser seu acompanhante nessa leitura. Desde já, agradeço o interesse. Espero conseguir ajudá-lo(a) a usar a política a seu favor. Permaneço à disposição pelos canais acima. Vamos em frente!

Creomar Souza

Amostra

Amostra

PARTE I

CONCEITOS E MODELOS

Amostra

Análise Política como Prática Cidadã

Um elemento central da vida em uma sociedade democrática é a possibilidade de fazer escolhas políticas efetivas, sem que isto custe a sua vida. No caso específico do Brasil, nós, os cidadãos, temos o direito e a responsabilidade de votar. Gostando ou não, a política e os políticos fazem parte da realidade. Fechar os olhos para isso é arriscado. Por isso, a melhor escolha é aprender a usar a cidadania a seu favor.

O voto, que nada mais é do que o livre exercício de escolha, permite aos eleitores indicarem representantes políticos para tomar decisões sobre assuntos de interesse coletivo em seu nome. Decidir é um ato de liberdade e tem sobre si a pressão de realizar a melhor escolha possível, em condições distantes do ideal. Nesse cenário, a prática cidadã, para ser exercida de forma eficiente, exige a capacidade de entender a política.

Para entender de política, se faz necessário analisar o processo político. O que leva a uma série de perguntas importantes: “O que é análise política?” “Qual a utilidade disso para mim?” “Qual a relação de cidadania com análise política?”

Tais perguntas, que provavelmente te trouxeram à leitura deste livro, são um excelente ponto de partida para despertar a curiosidade.

Se você foi além da capa, faço o convite para continuar. Esse é o começo de uma jornada. Ao final, essas e outras dúvidas serão esclarecidas.

Não é necessário possuir nenhuma formação específica para ser capaz de participar ativamente da vida pública do país e fazer análises políticas. Os conceitos e dinâmicas da Ciência Política nada mais são do que instrumentos importantes para qualificar o debate público. Ao ser capaz de participar ativamente dos rituais da vida em comunidade, a prática da cidadania individual se torna mais eficaz, especialmente nos períodos de eleição. Eficácia aqui é entendida como a possibilidade de escolher representantes mais aderentes às suas necessidades e preferências.

Neste processo, é comum confundir análise política com argumentos e opiniões. Cada um deles tem seu valor, mas não se confundem. Por isso, desde logo é importante esclarecer a diferença entre esses conceitos.

Argumento, Opinião e Análise

Qualquer esforço de análise envolve estudar as partes de um todo. Um Analista de Tecnologia da Informação, por exemplo, estuda cada parte de um determinado sistema de informática. Seu objetivo é garantir que o programa de computador, como um todo, atenda às necessidades dos usuários. Porém, não é razoável esperar que um único Analista tenha conhecimento de todos os sistemas existentes no mundo.

A análise política, por sua vez, consiste em buscar compreender cada um dos fatores envolvidos em um fenômeno político específico. Tampouco é razoável esperar que uma única pessoa seja capaz de explicar todos os fenômenos políticos de uma região, muito menos do mundo. O resultado do trabalho de análise é a compreensão técnica e aprofundada do objeto de estudo. Isso exige tempo e dedicação.

Compreender é diferente de convencer. Uma pessoa convicta não possui dúvidas. Ao contrário, ela defende conclusões. Seu objetivo é fazer outras pessoas concordarem com seus argumentos. A diferença é simples de perceber.

Pense em uma audiência judicial. De um lado existe a parte acusada, a ré. Do outro lado, a acusadora, a autora do processo. No meio está a autoridade responsável por resolver o conflito, o juiz ou a juíza. Os representantes legais de cada uma das partes querem convencer a autoridade julgadora de que seus argumentos são os mais adequados.

Quem é responsável pelo julgamento não pode ter interesses pessoais envolvidos na solução do conflito. Caso isso ocorra, deve ser solicitado o impedimento da atuação no processo. A escolha da autoridade judicial é de extrema importância para o resultado do processo. O mesmo caso, a depender da habilidade e experiência das partes envolvidas, pode ter sentenças diferentes.

Além das partes em conflito, as testemunhas são fontes de informação para a solução do conflito. Ao contrário dos representantes legais das partes em litígio, as testemunhas, em regra, devem expor a sua versão dos fatos, sem a pretensão de defender ou acusar nenhum dos lados. Na realidade, porém, as testemunhas têm opiniões sobre qual deveria ser a decisão final, ou sobre quem tem razão na disputa.

A opinião, na maioria das vezes, não tem o objetivo primário de convencer alguém, como o argumento. Ela é uma declaração de preferências ou posições pessoais. Sendo assim, testemunhas diferentes, diante da mesma situação, podem ter opiniões opostas.

Seguindo com exemplos do universo jurídico, suponha uma audiência judicial de disputa pela guarda dos filhos entre um casal divorciado. Duas professoras das crianças são convidadas a participar como testemunhas. Uma delas tem a opinião de que a guarda deveria ser da mãe; a outra, do pai.

A autoridade judicial precisa realizar o trabalho de análise antes de emitir uma sentença. O primeiro passo é identificar as partes: a mãe, o pai, as crianças, as testemunhas, entre outras. Em seguida, reunir os fatos: os pais estão separados e ambos desejam a guarda dos filhos.

Uma etapa importante da análise é mapear os interesses de cada parte dentro daquele contexto. No caso ilustrado, a guarda dos filhos significa a responsabilidade de cuidar das crianças pela maior parte

do tempo. Por outro lado, ela garante o direito de receber uma ajuda financeira da outra parte, para ajudar nas despesas. As crianças podem ter preferências sobre com quem desejam morar, por razões subjetivas, e por aí vai. O fechamento da análise descreve os cenários possíveis: a guarda das crianças pode ficar com a mãe, com o pai ou ser compartilhada.

O trabalho de análise tem como finalidade esclarecer as informações e explicar a realidade do fenômeno estudado, da forma mais objetiva possível. De certa forma, a análise pode ser comparada ao trabalho de um cientista. O objetivo não é convencer alguém de uma ideia, como o argumento; nem expressar preferências ou inclinações pessoais, como a opinião. Ao contrário, as pesquisas científicas e as análises visam entender a realidade a partir das suas partes, sem interesse prévio, para se chegar a uma determinada conclusão.

Sendo assim, as análises e pesquisas científicas contribuem para o processo de tomada de decisão. No caso ilustrado, a autoridade judicial analisa o processo e decide a sentença. Da mesma forma, os eleitores analisam os candidatos políticos e suas propostas de governo para decidir seu voto.

Voltemos ao exemplo da audiência judicial. Após ler o relatório da sentença — que contém o resumo dos fatos, os argumentos dos advogados, a análise judicial sobre o processo e a decisão final — as testemunhas podem mudar de opinião. Caso alguma das partes não concorde com a decisão, pode fazer ajustes nos seus argumentos e entrar com recurso contra a sentença, para outra autoridade avaliar o processo. Assim, uma nova análise será realizada e a sentença poderá ser mantida ou alterada.

As análises influenciam as opiniões e argumentos. As opiniões e os argumentos também se influenciam mutuamente. Por outro lado, as análises devem ser, tanto quanto possível, independentes dos argumentos e opiniões. O ideal é que elas sejam baseadas em fatos e evidências. Por isso, o juiz que emite uma sentença não pode ser o mesmo a julgar o recurso. Sua análise deve ser mantida, pois os fatos e evidências

permanecem os mesmos, apesar de os argumentos e opiniões poderem ser alterados. A imagem abaixo resume a diferença entre os três conceitos discutidos até agora:

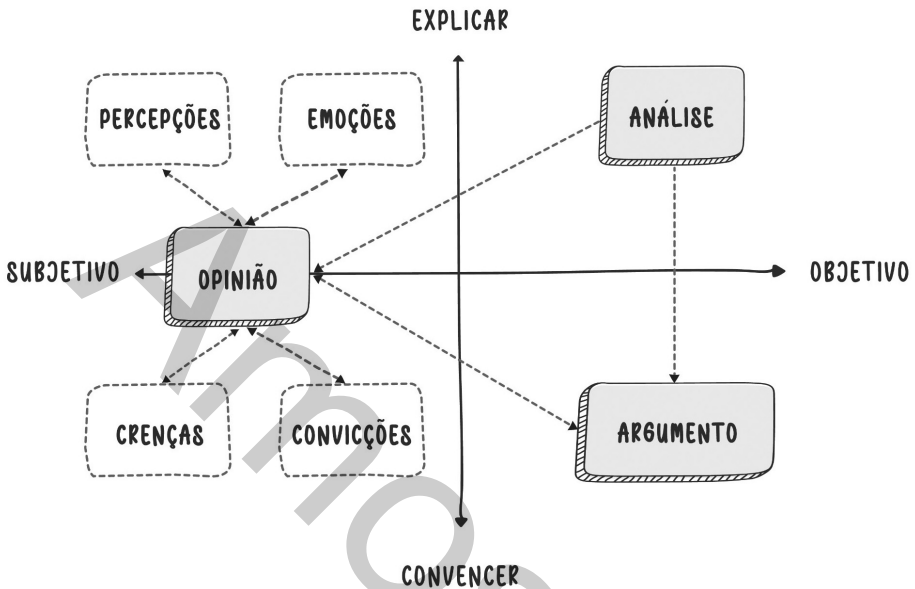


Figura 1. Opinião, análise e opinião.

Em poucas palavras, os argumentos são pensamentos estruturados, de forma objetiva, para defender uma posição ou ideia. A opinião é um posicionamento pessoal, carregado de subjetividade, que reflete valores e preferências morais. A análise, de seu lado, não tem como objetivo ser formadora de opinião tampouco influenciadora. Ela tem por finalidade ampliar a compreensão da realidade.

No caso da audiência judicial, a reação e os argumentos da mãe, do pai, dos advogados ou das crianças podem modificar a opinião das testemunhas. Como dito anteriormente, as opiniões e os argumentos se influenciam mutuamente. As opiniões são mais dinâmicas do que os argumentos e análises. Por serem subjetivas, mudam com relativa facilidade.

Já os argumentos e as análises estão mais próximos entre si, são objetivos. Compreendem ideias organizadas e estruturadas de

forma mais racional e menos emocional. Se sofrem muitas atualizações, perdem credibilidade, porque não transmitem segurança nem assertividade.

A análise é o esforço de compreender um fenômeno, por meio da observação atenta de seus elementos. Depois da observação, as informações encontradas são organizadas para evidenciar as relações existentes entre elas. O objetivo principal da análise política é explicar um fenômeno político a partir das suas partes: fatos, personagens, contexto, etc.

Com o objetivo de fixar as diferenças entre Opinião, Argumento e Análise, o quadro explicativo logo abaixo será bastante útil:

Categorias	Definição	Objetivo	Características
Opinião	Declaração de preferências ou posições pessoais.	Assumir uma posição em determinado assunto ou contexto.	Subjetiva, dinâmica e passível de mudança por influência emocional. Emoção > Razão
Argumento	Pensamento estruturado de forma objetiva para defender uma ideia.	Convencer terceiros sobre a superioridade de determinada interpretação dos fatos.	Objetiva, relativamente estática. Emoção < Razão
Análise	Esforço por compreender um fenômeno através da observação de seus elementos.	Oferecer subsídios para ajudar na compreensão de um determinado fenômeno.	Metodologicamente robusta e submetida a avaliações constantes. Emoção < Razão

No próximo capítulo, os elementos da análise política serão discutidos com mais profundidade. Antes disso, vamos tratar de alguns conceitos conhecidos, mas cujas definições nem sempre estão claras para todos.

Conceitos Políticos Básicos

Uma característica importante para se fazer uma boa análise é a capacidade de explicar a realidade independente de influências, externas ou internas. Saber diferenciar os fatos dos julgamentos de valor associados a eles é o grande desafio para evoluir de uma opinião ou argumento para uma análise. Vale destacar: não é necessário ser uma pessoa fria e calculista! Porém, é importante estar atento às informações a serem consideradas e à influência das próprias emoções e sentimentos neste processo.

Assim sendo, é possível afirmar que a inteligência emocional é uma habilidade útil no processo de análise. Ela fortalece o controle dos impulsos emocionais antes de tomar atitudes ou tirar conclusões. Além disso, aumenta o respeito e a tolerância para discutir diferentes perspectivas.

Buscar ativamente visões diferentes e dialogar com pessoas que possuem opiniões contrárias são práticas que favorecem o amadurecimento emocional. Isso traz benefícios para a tomada de decisão, elaboração de análises, crescimento profissional e manutenção de relações pessoais harmoniosas. Os ganhos fazem valer o esforço.

Outro elemento importante que se adensa aos conceitos até aqui expostos é o controle de referências teóricas. Este componente é importante na organização de informações, seja para realizar análises ou construir argumentos. A resultante disto é a estruturação de pensamentos coerentes, que, por sua vez, alimentarão a tomada de decisão das situações mais simples até aquelas mais complexas.

Em uma sociedade tão marcada pelo comportamento de bolhas e um consumo massivo de informações sem o devido processamento, o resultado mais comum é o surgimento de uma confusão cognitiva sobre o que é argumento, opinião e análise. A isso se juntam outros erros conceituais básicos. Tudo isso prejudica fazer escolhas importantes da melhor forma possível.

Para auxiliar você nesta tarefa, serão listados a seguir uma série de conceitos básicos, cujo fim é adensar sua capacidade de compreender o que se passa à sua volta e se expressar da maneira mais inteligível possível.

Política

Apesar de ser um termo muito utilizado, “política” pode ter sentidos diferentes a depender do contexto em que é usado. Por isso, é importante estabelecer uma referência conceitual no campo da análise política. Norberto Bobbio, pensador italiano, ensina que política é um substantivo derivado do adjetivo grego *politikós*, que significa tudo que diz respeito à cidade. O termo ganhou a conotação atual, associada à ciência de governar, com a obra “Política” de Aristóteles.

Para Aristóteles, fora da sociedade, o homem tem uma vida insuficiente e indesejável. Por isso, afirma: “o homem é, por natureza, um animal político” (ARISTÓTELES, 1999)¹. Fora da sociedade, o homem é apenas mais um animal.

A coletividade é essencial no conceito de política. Sem sociedade, não existe política. Nos agrupamentos de pessoas, a diversidade das personalidades é um aspecto que merece destaque. A política reúne os conhecimentos e habilidades necessários para organizar a vida em comunidade, sem com isso resolver definitivamente todas as divergências entre seus membros. Pessoas são dinâmicas e reagem diferentemente, a depender do contexto e do momento. Tudo que acontece na vida pública é parte da política.

Política é o conjunto de conhecimentos aplicados para organizar a vida em sociedade. Cada pessoa faz parte de uma população, está associada a instituições, mantém relações de afeto e comerciais com outras pessoas. Portanto, a política está em todo lugar.

¹ ARISTÓTELES. Politics. Translated by Benjamin Jowett. Kitchener: Batoche Books, 1999, p. 5. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mc000010.pdf>. Texto original: “man is by nature a political animal”.

República

Platão, autor de “A República”², diverge das ideias de Aristóteles sobre política. Para Platão, a vida em sociedade tem como finalidade a homogeneização das comunidades. Isto é, tornar todas as pessoas semelhantes entre si. Como visto anteriormente, Aristóteles refuta essa ideia. Se a homogeneização fosse possível, a política seria desnecessária, porque todos pensariam e agiriam como um só ser, não haveria conflitos nem diversidade de preferências.

No modelo platônico, a sociedade seria organizada naturalmente, na medida em que todos os cidadãos tivessem os mesmos comportamentos, valores, decisões, etc. A República é a definição dos padrões esperados. Sendo assim, a política, entendida como todos os assuntos referentes à cidade, seria determinada pela República.

No pensamento aristotélico, a política não pode ser determinada, porque é determinante. Ela é inerente à condição humana e consequência disso. Os homens possuem necessidades e desejos diversos e dinâmicos, que mudam com o passar do tempo e das experiências. Os seres humanos se organizam em sociedades políticas e criam regras e instituições com o objetivo de alcançar melhores condições de vida.

Política e república, portanto, são conceitos políticos, mas possuem significados diferentes, com origens parecidas. Tanto Aristóteles quanto Platão buscavam entender a sociedade na qual viviam. Ambos reconheciam a existência de uma organização da vida pública.

Aristóteles enfatizava a capacidade de conciliar pessoas com opiniões, desejos e capacidades diferentes como elemento central. Para Platão, a organização era, em si mesma, o resultado da homogeneização dos comportamentos humanos. Nesse sentido, quanto mais parecidas as ideias e escolhas dos cidadãos fossem, mais organizada ou evoluída seria a sociedade.

² PLATÃO. *The Republic*. Translated by Benjamin Jowett. Champaign: Project Gutenberg, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001497.pdf>

Uma sociedade formada por pessoas com pensamentos e comportamentos parecidos, portanto, poderia constituir uma república, no sentido platônico do termo. Atualmente, a ideia de República remete ao Estado de Direito e não pressupõe a homogeneização dos cidadãos, mas sim a homogeneização dos direitos e deveres de cada um. Portanto, o princípio básico republicano é o de **igualdade dos cidadãos perante as leis de uma sociedade organizada**.

Poder

Para Hannah Arendt, pensadora alemã:

“O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (ARENDDT, 1985)³.

Três pontos desse conceito merecem destaque. O primeiro deles é a natureza social do poder. O aspecto da coletividade está presente em todos os conceitos básicos da política.

O segundo aspecto é a ideia de “agir em concerto”, ou seja, em harmonia. Nesse sentido, o poder se distancia da violência. Podemos entender a violência como consequência do fracasso do poder de manter a união de um grupo.

O último aspecto é a representatividade do poder, a delegação de um grupo para uma pessoa agir em seu nome. Isso pressupõe que todos os cidadãos possuem o poder político e somente por isso podem delegá-lo a alguém. Esse ponto é essencial em outros conceitos políticos muito conhecidos, como representatividade e democracia, como veremos adiante.

³ ARENDT, Hannah. Da Violência. Editora UnB, 1985. p. 36.